

Do pó à vida

Por Isabela Silveira

Padre Antônio Vieira, no Sermão da Quarta-feira de Cinza, expressa a condição finita do corpo humano, quando discute um ponto bíblico: “sois pó e em pó vos haver de converter”, algo que, a todo ver, é ignorado pela sociedade, já que pouco se fala a respeito da morte, e, conseqüentemente, sobre que fim terá o próprio cadáver. Diante disso, a doação de órgãos torna-se, no Brasil, uma prática eventual, uma vez que a remoção de órgãos está sujeita à decisão da família do falecido, o que, sem dúvida, é um empecilho ao aumento do número de doadores.

É preciso destacar, antes de tudo, que a recusa da família – a quem, oficialmente, pertence o corpo do falecido –, dá-se pela falta não só de segurança, como também de conhecimento acerca dos procedimentos utilizados para a remoção de órgãos. Ora, se o tema “morte” ainda é melindroso, o tema “doação” torna-se verdadeiro tabu social. Isso acontece porque, quando da abordagem à família, há certo distanciamento entre médico e família, e, por isso, a família enlutada não se convence a respeito da necessidade da doação. Desse modo, não se pode falar na falta de sensibilidade da família do falecido, e sim da falta de conhecimento, motivada pela inabilidade e pela falta de empatia da equipe de profissionais da Saúde.

Entretanto, há que se considerar que o legislador pátrio falhou, ao deixar a critério da família – e não do potencial doador – uma decisão de tamanha importância, haja vista que a remoção de órgãos impacta a manifestação da vontade do doador e, conseqüentemente, o número de pacientes em filas de transplantes. É certo que, muito embora tenha havido o engajamento do potencial doador, a lei assegura que à família pertence o corpo e, assim, só a ela cabe o consentimento para a remoção de órgãos – fica, então, caracterizado o desrespeito à liberdade de escolha do indivíduo, tendo em vista que a própria legislação delega essa decisão a terceiros.

Portanto, para que as estatísticas da doação de órgãos aumentem, é preciso intervir. Cabe aos cursos de Medicina incentivar a formação de equipes multidisciplinares na área de remoção de órgãos e transplante, inclusive em regiões periféricas do país; além disso, devem inserir na grade curricular obrigatória conteúdos de caráter sócio-humanitário, para que os profissionais responsáveis por todo o processo sejam mais bem preparados para abordarem os familiares do falecido, ocasião em que se dá (ou não) a permissão para a remoção de órgãos. As Secretarias de Saúde e de Educação, por meio de parceria com as mídias televisivas, devem promover campanhas para instrução das famílias, a fim de que o tabu da doação seja vencido, e o tema passe a ser enfrentado com maior naturalidade. Os legisladores, por sua vez, devem criar projetos de lei que contemplem o respeito à disposição da vontade dos potenciais doadores. Assim, antes de o corpo, de fato, tornar ao pó – nos exatos contornos cristãos – será capaz de salvar vidas.